

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 179/16

Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de bombeiros profissionais civis – BPC nos estabelecimentos, edificações, empresas e em eventos de grande concentração pública no âmbito do Município.

Art. 1º - É obrigatória a presença de bombeiros profissionais civis – BPC em quaisquer estabelecimentos de reunião pública educacional, esportiva ou outros eventos que recebam grande concentração de pessoas, em conformidade com a IT – 17/2014 – Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, ou qualquer uma que a venha substituir, em área pública ou privada e demais edificações ou plantas cuja ocupação ou uso exija a presença de bombeiro civil, conforme legislação estadual e federal vigentes de proteção contra incêndios.

Art. 2º - São considerados Bombeiros Profissionais Civis – BPC, aqueles que habilitados nos termos da Lei Ordinária Federal nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009, que exerçam, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio, como empregado contratado diretamente por empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista ou empresas especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio.

Art. 3º - Cada brigada profissional deverá ser composta de bombeiro profissional civil, de conformidade com a normatização estadual e federal vigentes.

Art. 4º - Cada brigada profissional deverá ser estruturada de conformidade com as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (em especial, da norma técnica NBR 14608/ABNT – Bombeiro Profissional Civil), atendidos os seguintes requisitos mínimos:

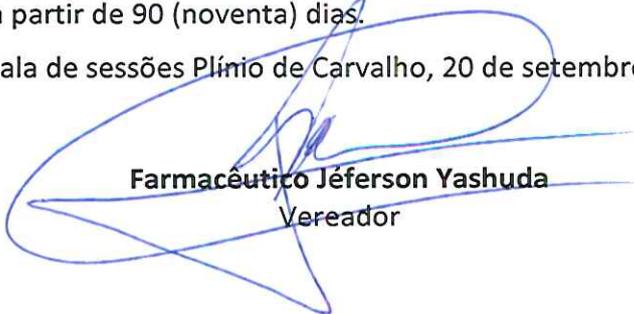
I. Recursos de pessoal: a equipe de bombeiro profissional civil – BPC, contratada deverá atender aos termos da legislação estadual vigente e NBR 14.608/ABNT e, em locais onde haja frequência de pessoas do sexo feminino, pelo menos um membro da equipe deverá ser do sexo feminino;

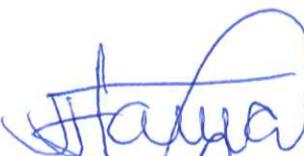
II. Kit completo de primeiros socorros para ações de suporte básico de vida.

Art. 5º - No caso de descumprimento aos termos desta lei, será aplicada aos organizadores da reunião ou evento previstos no art. 1º multa no valor de 10 UFMs (Unidades Fiscais do Município).

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 90 (noventa) dias.

Sala de sessões Plínio de Carvalho, 20 de setembro de 2016.


Farmacêutico Jéferson Yashuda
Vereador



JOÃO FARIAS



ROBERVAL FRAIZ



ALUISIO BRAZ



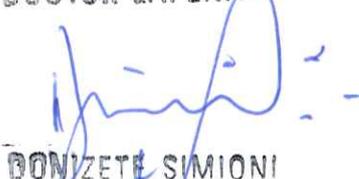
WILLIAM AFFONSO



PEDRO BAPTISTINI



DOCTOR LAPENA



DONIZETE SIMIONI



GABRIELA PALOMBO

GABRIELA PALOMBO